UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA DE JUSTIÇA – PPGDIR

PEDRO VITAL EUGÊNIO MELO

DIREITO COMO UM INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE VERDADES:
Análise da relação entre as ferramentas jurídicas e o método científico feita a partir do
conceito de ordem pública aplicado como fundamento de prisões preventivas

São Luís – MA
2020

PEDRO VITAL EUGÊNIO MELO

DIREITO COMO UM INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE VERDADES:
Análise da relação entre as ferramentas jurídicas e o método científico feita a partir do conceito de ordem pública aplicado como fundamento de prisões preventivas

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa no Direito ministrada pelo Prof. Dr. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães como forma de avaliação da referida disciplina.

Orientador: Prof. Dr. Delmo Mattos

São Luís – MA
2020

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
2. OBJETO	4
2.1 Tema	4
2.2 Delimitação do tema	4
2.3 Formulação do problema	5
2.4 Hipótese	5
2.5 Pressupostos Conceituais	5
3. JUSTIFICATIVA	5
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo geral	6
4.2 Objetivos específicos	7
5. REFERENCIAL TEÓRICO	7
6. METODOLOGIA	18
6.1 Método de abordagem	19
6.2 Método de procedimento	20
6.3 Técnicas de pesquisa	21
7. ESTRUTURA BÁSICA DA DISSERTAÇÃO	22
8. CRONOGRAMA	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: DIREITO COMO UM INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE VERDADES: Análise da relação entre as ferramentas jurídicas e o método científico feita a partir do conceito de ordem pública aplicado como fundamento de prisões preventivas

Autor: Pedro Vital Eugênio Melo

Professor Orientador: Professor Doutor Delmo Mattos

Curso: Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça.

Área de concentração: Direito e Instituições do Sistema de Justiça.

Linha de pesquisa: Dinâmica e efetividade das instituições do sistema de justiça

Temática: Fundamentos da Justiça Política e a Crise do Projeto Político-jurídico da Contemporaneidade

Duração: 02 (dois) anos; 20 (vinte) a 24 (vinte e quatro) meses.

Início: março de 2020.

Universidade: Universidade Federal do Maranhão.

Fonte financiadora: particular.

2. OBJETO

2.1 Tema

Direito como um instrumento de produção de verdades.

2.2 Delimitação do tema

Análise da utilização do conceito de ordem pública em prisões preventivas, visando discutir seu caráter aberto e político-pragmático, como forma de refletir sobre essas características no Direito como um todo, problematizando a universalização e limitação das bases metodológicas sugeridas pelo discurso científico quando aplicado ao Direito, encarando este último como um instrumento de produção de verdades.

2.3 Formulação do problema

Se encararmos o Direito como um instrumento de produção de verdades, ele se tornaria incompatível com a metodologia científica e sua proposta de universalização de procedimentos que se demonstraria insuficiente? Tal insuficiência pode ser verificada em questões da realidade prática das instituições do sistema de justiça, como na utilização do conceito de Ordem Pública como fundamento de prisões preventivas?

2.4 Hipótese

Partindo da visão foucaultiana de que o Direito é um instrumento de produção de verdades, tal instrumento seria incompatível com o discurso científico, pois este último, apesar de alguns defensores em sentido contrário, não se propõe a ser um método de fabricação de verdades, mas a traçar bases procedimentais fixas que sejam capazes de descrever e manipular seus objetos de estudo com o máximo de eficiência. Nesse sentido, a utilização do conceito de ordem pública empregado como fundamento de prisões preventivas, permite-nos identificar essa dificuldade de universalização de procedimentos metodológicos para aplicação do Direito, como proposto pelo discurso científico.

2.5 Pressupostos Conceituais

Constituem pressupostos conceituais presentes na hipótese, a ideia do *Direito como instrumento de produção de verdades*, visão que parte da escola francesa de pensamento, assim como a delimitação conceitual do que se entende durante a pesquisa quando se fala em *racionalismo, razão e pós-modernidade* nas definições de Habermas.

3. JUSTIFICATIVA

A discussão sobre o caráter político-moral das ferramentas jurídicas e sua dificuldade de adequação à metodologia científica é um questionamento clássico para os juristas do mundo todo, porém, na atual conjuntura nacional, adquire ainda maior propulsão, sendo talvez a reflexão mais importante para que se possa desenhar uma saída do quadro de crise das instituições do sistema de justiça brasileiro.

O debate sobre o conceito de Ordem Pública, que carrega em si reflexões sobre aspectos políticos e morais entranhados no funcionamento das instituições do sistema de justiça, é um importante ponto de partida, seja pela relevância de suas reflexões para o Direito como um todo, seja pela sua importância em si, já que a crise dessas instituições passa por debates acerca do sistema prisional, aspecto ainda mais relevante para o Maranhão, que enfrentou graves problemas nessa seara.

Partindo dessa situação em que essas influências morais e políticas são notadas com maior facilidade, é possível refletir o Direito como um todo, retirando suas camadas até o universo onde se almeja basear toda a discussão desse trabalho: a Filosofia. A intenção da pesquisa é conduzir toda a análise a partir de discussões do campo filosófico, e é importante para mostrar as consequências práticas que as grandes perguntas da Filosofia do Direito adquirem na realidade prática das instituições do sistema de justiça, seja quando se pensa sobre o pragmatismo jurídico, as relações de poder e o Direito, as ferramentas jurídicas e sua relação com a verdade, o papel da linguagem ou do próprio racionalismo no processo de construção da modernidade.

Se essa pesquisa for bem-sucedida, pode ajudar a avançar não uma discussão específica dentro do Direito, mas servirá ao universo jurídico como um todo, não traçando soluções, mas construindo uma forma diferente de se enxergar a natureza dos problemas enfrentados nessa área, ao oferecer o que a Filosofia possui de melhor, que não é simplesmente um conhecimento novo, mas a capacidade de pensar sobre as próprias estruturas que produzem esses conhecimentos.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Demonstrar, através da constatação do uso político-pragmático do conceito de ordem pública na decretação de prisões preventivas, que o Direito é um instrumento de produção de verdade, e que, portanto, seu produto sempre é proveniente de um processo bem mais caótico e anárquico do que se prestam as bases metodológicas científicas típicas do racionalismo moderno, que possuem pretensão de universalização, senão da verdade obtida através de seus procedimentos, mas das vias metodológicas para produção de conhecimento válido.

4.2 Objetivos específicos

Analisar o conteúdo político-pragmático no emprego do conceito de Ordem pública aplicado em decretos de prisão preventiva no processo penal brasileiro.

Desenvolver, a partir dessa análise, reflexões sobre a natureza do Direito como um todo, descrevendo-o como um instrumento de produção de verdades, e, portanto, inerentemente envolto de influências políticas e morais não só em seu processo de criação por aqueles que detém poder legislativo, mas em sua aplicação.

Descrever os métodos de produção de verdade científica, e como a ciência pretende universalizar as bases epistemológicas de produção do conhecimento.

Refletir sobre as dificuldades de um direito de caráter científico se o encaramos como um instrumento de produção de verdades, quando a ciência, que não se presta a esse papel, é incapaz de conferir aos sistemas jurídicos as amplas ferramentas das quais necessita, pois possui pretensões de universalização e limitação dos procedimentos epistemológicos de produção de conhecimento.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa parte de três pressupostos teóricos: a ideia do Direito como um instrumento de produção de verdades, a ideia de que a ciência pressupõe a universalização de uma estrutura comum a todos os procedimentos de produção de conhecimento considerados legítimos, e o que o conceito de Ordem Pública utilizado

como fundamento de prisões preventivas no processo penal brasileiro pode ser tomado como exemplo vastidão dos procedimentos de produção e aplicação do Direito, e que, portanto, estes últimos são incapazes de serem totalmente abarcados pelo discurso científico.

O primeiro deles aparece, primeiramente, numa série de cinco conferências ministradas por Michel Foucault durante suas visitas à PUC-RJ em 1973, e que reunidas numa única obra passariam a ser conhecidas como seu famoso texto *A verdade e as formas jurídicas* (FOUCAULT, 1999).

No texto, o autor propõe três diferentes frentes de debate. Primeiramente, a construção de uma nova teoria do sujeito desvencilhada do que o autor entende com uma tradição marxista da academia. Em segundo, um eixo metodológico, partindo do que hoje é amplamente conhecido (e por vezes incompreendido e mal utilizado) como análise dos discursos. Por fim, e o que interessa para a presente pesquisa, o desenvolvimento da tese de que as práticas judiciárias constituem instrumentos de produção de verdade.

A ideia inicial é simples e foi resumida pelo próprio autor:

As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar na história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipo de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas. (FOUCAULT, 1999. p. 11)

A visão de que cada sociedade e cada tempo possui estruturas e procedimentos através dos quais validam os discursos que podem ser considerados como verdadeiros, é desenvolvida mais tarde pelo autor em *A microfísica do poder*, sua obra mais famosa:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. **Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados**

para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979. p. 10)

Para Juristas, conceber o Direito como um desses instrumentos pode não parecer totalmente estranho, ou demasiadamente abstrato. Tanto no direito penal, como no direito civil, a ideia de busca por diferentes verdades, como uma verdade processual e uma verdade real, está sempre presente da dogmática de seus respectivos procedimentos. O inquérito, objeto do direito que o Foucault utiliza como meio específico para desenvolver sua tese, é uma ferramenta que busca justamente atingir esse fim. Necessário esclarecer que para o autor, “inquérito” pode ir além da típica peça de informação do direito penal, e demais áreas de conhecimento se utilizam de práticas semelhantes para os mesmos fins.

Necessário ainda entender porque o suposto caráter aberto e político-pragmático do conceito de Ordem Pública utilizado no processo penal brasileiro pode servir como um meio para analisar essa questão. A ideia fica muito clara se tivermos em mente que esses mecanismos de produção de verdade sempre estarão relacionados com as relações de poder existentes no tecido social. Tais estruturas são concebidas como fruto e parte dessas relações políticas como instrumentos de legitimação da verdade e do conhecimento. O autor deixa mais claro esse entrelaçamento mais a frente no mesmo texto:

O que tentei investigar, de 1970 até agora, grosso modo, foi o como do poder; tentei discernir os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no. Um triângulo, portanto: poder, direito e verdade. (FOUCAULT, 1979. p. 100)

Ainda nesse sentido, o autor deixa clara que essas relações abarcam inclusive aquilo que é posto pelo discurso científico:

Apresentarei alguns esboços desta história a partir das práticas judiciárias de onde nasceram os modelos de verdade que circulam ainda em nossa sociedade, se impõem ainda a ela e valem não somente no domínio da política, no domínio do comportamento cotidiano, mas até na ordem da ciência. Até na ciência encontramos modelos de verdade cuja formação releva das estruturas políticas que não se impõem do exterior ao sujeito de conhecimento, mas que são, elas próprias, constitutivas do sujeito de conhecimento. (FOUCAULT, 1999. p. 27)

Portanto, partindo de uma situação do direito em que teoricamente se possui um procedimento delimitado para sua aplicação, e evidenciando a multiplicidade de

fatores envolvidos em tal tomada de decisão, onde também estão incluídas as relações de poder, pode-se demonstrar de forma clara a ideia de que a pretensão científica de limitação dos procedimentos utilizados em sua epistemologia, quando transportados para o Direito, são incapazes de abarcar todos os fenômenos inerentes às ferramentas jurídicas. A necessária variedade de seus procedimentos como mecanismo de adaptação ao seu vasto universo, sempre foi um dos pontos que lançou dúvida sobre a possível cientificidade do Direito:

A variedade dos procedimentos lançou suspeita sobre a ‘ciência do direito’, que às vezes é acusada de ser desprovida seja de cientificidade, seja de juridicidade. Sem chegar a uma crítica tão radical, devemos observar que, no que diz respeito sobretudo ao estudo do direito político pela ciência do direito, esta esbarra na multiplicidade de fatores que tem que levar em conta e na necessidade de escolher, entre eles, os paradigmas aos quais recorrerá preferentemente. (GOYARD-FABRE, 1999. p. 47)

A incompreensão dessas características do Direito e da ciência ocidental, conduzem a uma série de imbrólios práticos que se consubstanciam em diversas divergências específicas de onde se tentam abstrair respostas verdadeiras ou falsas, assim como obstáculos epistemológicos aparentemente intransponíveis:

De acordo com os critérios escolhidos, a capacidade de elucidação que uma ciência assim possui é seletiva; em consequência, é necessariamente limitada, já que é, no fundo, dependente de pressupostos, axiológicos ou ideológicos por exemplo, que puderam determinar a escolha de seus critérios e de seus modelos operacionais. Nessas condições, pode-se indagar se uma ciência do direito político não está condenada a tropeçar em “obstáculos epistemológicos” intransponíveis, que afastam os resultados por ela obtidos de conhecimento teórico aprofundado que buscava (GOYARD-FABRE, 1999. p. 48)

Tais obstáculos, talvez só poderão ser ultrapassados com uma reformulação das bases dessa racionalidade moderna impregnada de uma espécie de essencialismo aristotélico. Aqui, chegamos ao segundo dos pressupostos teóricos utilizados pela pesquisa, e que assim como o primeiro, parte de um texto base como forma de organização: *Contra o método*, de Paul Feyerabend.

Sua tese também é muito bem resumida pelo próprio autor: “os eventos, os procedimentos e os resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura comum.” (FEYERABEND, 2011). Se, ao questionarmos o engessamento das estruturas de produção de conhecimento através do discurso científico construído pelo racionalismo moderno e de sua pretensão de alçar-se a um procedimento capaz de produzir verdades,

pode-se ser prontamente repreendido no sentido de que há muito tempo a ciência contemporânea abandonou tais pretensões, não se pode dizer o mesmo de ideia contida no discurso científico de que ele é detentor de um universo limitado de procedimentos que seriam os legítimos para a produção de qualquer conhecimento válido.

A crítica a essa pretensão da ciência não é estranha a cientistas e filósofos da ciência:

As condições externas que são colocadas para o cientista pelos fatos da experiência não lhe permitem deixar-se restringir em demasia, na construção de seu mundo conceitual, pelo apego a um sistema epistemológico. Portanto, ele deve afigurar-se ao epistemólogo sistemático como um tipo de oportunista inescrupuloso. (EINSTEIN. 1951. p. 683)

Se cada vez mais caminha-se no sentido de abandonar a pretensão de objetividade de seus resultados, quanto à metodologia, aos procedimentos para produção de conhecimento científico válido, essa pretensão talvez nunca esteve tão viva. A ciência ocidental, por mais que tenha se debruçado e contornado muitas das críticas direcionadas ao racionalismo moderno, muitas vezes descrito como uma espécie de nova força mistificadora, ainda pode ser criticada nos mesmo termos que mentes como Heidegger ou Adorno e Horkheimer o fizeram há quase um século.

Ciência é método, e a metodologia pressupõe a restrição de procedimentos válidos em nome de supostas leis da razão. A razão, como acontece em Kant, é elevada à condição de supremo tribunal ante o qual deve se justificar tudo aquilo que em princípio reivindica validade (HABERMAS, 2000). O problema é que essa razão e seus esforços para tornar objetos seus próprios pressupostos, passa a tornar-se ela mesma uma nova força mistificadora, desmascara por muitos de seus críticos como “subjetividade julgadora e, ao mesmo tempo, subjugada, como vontade de dominação instrumental”. (HABERMAS, 2000. p. 07)

A limitação metodológica faz muito mais do que tentar racionalizar seus procedimentos epistemológicos: molda os próprios resultados. A academia abarrota-se de teses que esbarram nos mesmos problemas, e que produzem resultados semelhantes para uma série de problemas específicos, sem que a discussão em determinada área do conhecimento avance de maneira significativa. Cria-se um ciclo vicioso de produção de conhecimento que já nasce engessado e condicionado por exigências metodológicas que se propõe a simplificar a absurdamente complexa gama de interações entre o entendimento humano e realidade tangível.

Dito isto, é também preciso dizer que a maior parte das grandes “descobertas” que revolucionaram a ciência, se deram através da quebra de paradigmas metodológicos ou de ideias que de início se desenvolviam contraindutivamente. Hipóteses *ad hoc* são constantemente utilizadas em teorias científicas respeitadas como meio de sustenta-las face a sua eficiência para lidar com determinados fenômenos relacionados ao seu objeto. A história da ciência se mostra muito mais rica, menos linear e objetiva do que os manuais de sua epistemologia parecem sugerir. Abraçar o lado “anárquico” da ciência, assim como seu caráter criativo, é uma maneira de salvar o racionalismo ocidental das contundentes críticas que sofreu no último século e das quais ainda não conseguiu desvencilhar-se por completo.

Até mesmo autores ligados a uma metodologia mais clássica estão cientes da necessidade do que muitas vezes é conhecido como transdisciplinaridade, apontando a necessidade da junção de vários campos do conhecimento para a formulação da pesquisa científica, reconhecendo a influência de estudos de componentes políticos, éticos, problemas da filosofia moral, da metafísica, entre outros, como capazes de unir-se sem colisões numa única metodologia, que cada vez mais apresenta uma receptividade maior a novas formas de racionalidade diante de um mundo em que cresce a consciência de sua complexidade:

Até muito recentemente (meados do século XX), predominaram a unidisciplinaridade e a metodologia monográfica¹, que não pretendiam uma visão de totalidade. No pós-guerra, ocorre uma mudança de rumos. A realidade, cada vez mais complexa, é problematizada e experimenta-se a institucionalização da pesquisa. O enfoque metodológico deixa de ser monológico e, no primeiro momento, assume uma vertente da multidisciplinaridade, ou seja, de cooperação teórica entre campos do conhecimento, antes distanciados. Passa-se, daí, não mais, somente, para a cooperação, mas para a coordenação de disciplinas conexas ou para a interdisciplinaridade. Atualmente, a transdisciplinaridade ou a produção de uma teoria única a partir de campos de conhecimento antes compreendidos como autônomos é a tendência metodológica que emerge com maior força (GUSTIN; DIAS, 2002, p. 26).

Isso fica muito claro em esforços de autores como Hans Kelsen, que tentava criar uma espécie de método próprio ao direito que o isolasse de outras áreas do conhecimento, mesmo que isso não significasse deixar de reconhecer essas influências no

¹ Apesar de a citação servir para evidenciar os aspectos transdisciplinares nas tendências metodológicas contemporâneas, não se compactua com a ideia do caráter monológico do método monográfico. Tal discussão será melhor desenvolvida e fundamentada em tópico específico relacionado à metodologia proposta pelo projeto.

conteúdo das ferramentas jurídicas, a preocupação com a pureza metodológica estava presente, como em seu texto clássico *Teoria pura do direito* (KELSEN, 1998).

O desenvolvimento de procedimentos semelhantes tornou-se comum nas ideias de teóricos das ciências do espírito, até que as dificuldades e limitações dessa transposição de metodologia das ciências naturais para outros campos do conhecimento começa a levantar suspeitas ora sobre a sua possibilidade, ora sobre a própria capacidade da ciência de entregar o que anunciavam os entusiastas de uma racionalidade objetiva, matemática, supostamente verificável, mesmo nos campos onde ela se mostrou mais eficiente: uma relação mais próxima com a ideia de verdade.

Porém, nem mesmo as críticas mais radicais à razão ocidental daqueles que integravam, por exemplo, a Escola de Frankfurt, são contra o projeto libertador presente no projeto da modernidade ou negam suas contribuições. Habermas (2000) encara a modernidade como um projeto inacabado. Não se trata de abandonar todas as bases racionais, ou mesmo de negar todas as grandes conquistas trazidas pelo que definitivamente constituiu uma revolução na história do pensamento, mas de não permitir que essa racionalidade seja transformada em novo objeto mistificador, limitador da compreensão humana ou instrumento de controle:

No discurso da modernidade, os acusadores fazem uma censura que não só se alterou em substância desde Hegel e Marx até Nietzsche e Heidegger, desde Bastille e Lacan até Foucault e Derrida. A acusação se dirige contra uma razão fundada no princípio da subjetividade, e seu teor assinala que essa razão só denuncia e mina todas as formas abertas de opressão e exploração, de degradação e alienação, para implantar em seu lugar a dominação inatacável de sua racionalidade. Uma vez que esse regime de uma subjetividade dilatada em falso absoluto transforma os meios de conscientização e da emancipação em outros tantos instrumentos da objetificação e do controle, ele se proporciona uma imunidade sinistra nas formas da dominação oculta. (HABERMAS, 2000. p. 80)

Essas visões tem relação muito estreita com uma visão Nietzscheana de conhecimento, visão esta explorada na primeira parte de *A verdade e as formas jurídicas*, que serve de texto-base para a primeira parte da fundamentação teórica da pesquisa. Em todas essas reflexões sobre os limites de uma razão de bases objetivas, está inscrita a ideia implícita a ideia de que as condições de experiência e as condições do objeto de experiência são totalmente heterogêneas (FOUCAULT, 1973). Isso quer dizer que o conhecimento, seja qual for, não deve ser encarado como algo maior do que uma *invenção* humana para fins práticos, e jamais deve possuir correlação com a verdade, com a essência das coisas, ou com a ideia de que existem leis da natureza previamente inscritas

no universo que podem ser descobertas ou minimamente descritas, mesmo que dentro das limitações da consciência humana, pelo sujeito.

Se abandonamos tais pretensões, o que emerge como resultado da aplicação do discurso científico nos moldes do racionalismo ocidental clássico, é o que a ciência possui de melhor: a capacidade de manipulação de seu objeto. Um jurista habilidoso, conhecedor das regras da linguagem jurídica, é capaz de transitar com facilidade entre argumentações opostas conferindo-lhes suposta fundamentação técnica, objetiva, mascarando todo um universo infindável de procedimentos e influências presentes em sua argumentação. Tudo que ele precisa fazer para atingir seu fim, é obedecer e dominar certas regras embutidas na linguagem jurídica, que restringem muito menos os resultados de seus argumentos do que maior parte dos juristas gostam de admitir.

Os pressupostos teóricos adotados pela pesquisa são menos críticos ao racionalismo moderno, no sentido de que não desejam explicitar uma ruptura real entre o conhecimento e o mundo a conhecer (FOUCAULT, 1973), como a posição de Nietzsche. No lugar, o projeto visa aplicar as ideias de alguns autores da segunda geração da escola de Frankfurt, que está muito mais preocupada em dar continuidade ao projeto de construção de uma racionalidade moderna, onde as contundentes críticas “nihilistas” à razão são substituídas por uma espécie de “pragmatismo kantianizado” (SOUZA, 2005), como no caso de Habermas.

O projeto, como é típico de abordagens filosóficas mais pragmatistas, não se atém à “pretensão de fundamentação última da ética” (RORTY, 1995), mas ao esclarecimento de imbrólios gerados pela própria Filosofia, para avanço em questões práticas relacionadas, nesse caso, ao Direito. Nesse sentido:

A Filosofia, nesse caso, tem função esclarecedora apenas “em face das confusões que ela própria provocou na consciência das pessoas”. Como no caso do ceticismo filosófico (no campo dos valores) e do positivismo jurídico, que “penetraram na consciência cotidiana através do sistema educacional, neutralizando, com interpretações erradas, as instituições adquiridas de maneira natural no processo de socialização”. (SOUZA, 2005. paginação irregular)

Quando observamos o caráter político-pragmático da utilização do conceito de Ordem Pública no processo penal brasileiro, e todas as outras interferências presentes no capó da moral e das relações de poder, não fazemos aqui uma censura a esses

elementos como obstáculos para uma construção justa do direito. Ao invés, a pesquisa entende que essa variedade de procedimentos e aparentes obstáculos são o que, em verdade, permitem ao direito funcionar de forma tão ampla em todos os contornos das relações sociais.

Tal visão, além de sustentada pelas críticas à racionalidade ocidental apresentadas no texto-base de Feyerabend e no pragmatismo de Rorty e Habermas (respeitadas suas diferenças quanto ao que podemos entender como um transcendentalismo kantiano), pela visão do direito como instrumento de produção de verdade e suas relações com o poder na visão de Foucault, também pode ser encontrada na própria filosofia do direito em autores como Ronald Dworkin, que não rejeita essa variedade de procedimentos e influências dos fenômenos morais e políticos no processo de interpretação do direito, apenas tenta entender qual é o lugar dessas influências nas estruturas jurídicas. Nesse sentido:

O direito não é esgotado por nenhum catálogo de regras ou princípios, cada qual com seu próprio domínio sobre uma diferente esfera de comportamentos. Tampouco por alguma lista de autoridades com seus poderes sobre parte de nossas vidas. (...) É uma atitude interpretativa e auto-reflexiva, dirigida à política no mais amplo sentido. (DWORKIN, 2009. p. 492)

O autor, inclusive, busca uma união de diversos elementos envolvidos na prática jurídica enxergar o Direito como uma espécie de ramo da moral política, numa teoria capaz de unificar numa só teoria os aspectos políticos, morais e jurídicos a despeito do esforço de vários teóricos de achar que a solução estaria em conseguir separar da maneira mais clara possível todos esses campos.

A visão de Dworkin ajudará a conduzir a discussão quando da análise doutrinária a respeito da influência de procedimentos que passam pelo campo da moral e da política quando da utilização do conceito de ordem pública pelo processo penal brasileiro, oferecendo uma visão que coaduna com os aspectos mais teóricos da pesquisa, porém ajudando, nesse ponto, a conferir a pesquisa um caráter mais prático e próximo da realidade e dos problemas das instituições do sistema de justiça.

Chegamos aqui à terceira parte de encadeamento de pressupostos teóricos. Esses aspectos políticos e morais do conceito de ordem pública, além de ser analisado sob a ótica da doutrina do processo penal, será durante todo o tempo relacionada com a visão dworkiniana da natureza do Direito que permite a ponte necessária entre as outras partes do trabalho através da filosofia do direito.

No campo da doutrina do processo penal, a pesquisa partirá de discussões a respeito da tentativa de se chegar a um conceito de ordem pública (e se isso é possível), e mesmo aqui é vasta a literatura no sentido de que os fundamentos de decisões são eminentemente políticos.

Para alguns autores, é incongruente ter como requisito de uma prisão preventiva a ordem pública, pois de maneira mais geral, esse é, na verdade, o objetivo principal do direito penal como um todo (MACHADO, 2012). Estaríamos claramente diante do uso de uma medida cautelar como método de controle social, de implementação de uma política de segurança pública (LOPES JR, 2014) em detrimento de um procedimento que deveria se ater à proteção do processo em si.

Se a ordem pública é o objetivo principal do direito penal, a aplicação desse conceito como fundamentação de prisões preventivas muitas vezes serve como exercício puro de poder de polícia que em nada tem a ver com medidas que visam assegurar o andamento do processo, consistindo em alguns casos numa espécie de adiantamento da pena por conta de fins que são práticos.

Porém, apesar de estarmos diante de um subjetivismo inerente ao conceito, é necessário que a análise dessa constatação por vasta parte da doutrina, seja entendida a luz de nossos outros pressupostos teóricos, no sentido de que tentar engessar tal procedimento traria dificuldades enormes para que os juízes pudessem manejá-lo diante das inúmeras situações que chegam ao judiciário, sendo este um dos pontos apontado como frágeis na aplicação do discurso científico ao direito, como já explicitado.

O reconhecimento desse conceito aberto, e talvez deixado aberto de maneira intencional pelo legislador, já é reconhecido pela doutrina e se coaduna com nossa hipótese:

O legislador poderia ter ousado, definindo ou detalhando o que vem a ser cada um dos fatores da prisão preventiva, ao menos os mais abrangentes, como garantia da ordem pública e da ordem econômica. Não o fez, possivelmente para continuar tolerando seja o juiz o protagonista da conceituação, conforme o caso concreto. Qualquer interferência, nesse setor, poderia dar margem ao cerceamento no uso da prisão cautelar. (NUCCI, 2011. p. 63)

Sem o caráter aberto do conceito de Ordem Pública, a recusa da prisão preventiva encontraria demasiada dificuldade para se adequar às mais diversas situações e mudanças de perspectivas políticas, históricas e sociais. À maneira como foi colocado,

a estruturação desse conceito permitiu que ele fosse utilizado ao longo de vários regimes constitucionais diferentes, dialogando com essas constituições e sendo limitado pelos princípios explícitos e implícitos que decorriam de seus regimes.

Essa visão se coaduna com o conceito de integridade de Dworkin. Apesar de o conceito de Ordem Pública ter permanecido no ordenamento jurídico pátrio como ferramenta do processo penal, a forma de sua aplicação é influenciada pela conjuntura constitucional, moral e política de cada tempo.

Assim, os possíveis abusos na utilização do conceito podem e devem ser corrigidos recorrendo-se a fontes que remontam à esfera da moral política, de princípios do regime constitucional em exercício, enfim, do resultado das relações de poder e verdade que se estabelecem dentro de uma sociedade sem que esses procedimentos sejam engessados, a fim de que possam ser utilizados de uma maneira pragmática, mas ao mesmo tempo dotados de uma certa racionalidade que impede o completo “vale-tudo” das decisões.

Torna-se impossível a descrição de um procedimento rígido para tomada de decisão se considerarmos a quantidade de fatores que são atualmente levados em conta pelo judiciário para utilização do conceito de ordem pública. Credibilidade da justiça, clamor público, impacto social do crime, natureza do delito supostamente praticado, sensação de impunidade, e uma lista crescente de outros fatores são considerados numa infinidade de decisões influenciadas por várias questões que ultrapassam uma racionalidade objetiva e caem no campo de um pragmatismo judiciário por vezes exacerbado.

Diferentemente da abordagem dada a essa questão quando geralmente é discutida na doutrina, não consideraremos as decisões que se utilizam de tais argumentos como uma forma dos interpretes do direito de impor suas convicções políticas de forma disfarçada, mas consideraremos que algum nível, todas essas decisões são políticas em algum nível, e que isso não se dá por escolha de quem utiliza o conceito, mas por é impossível retirar esses componentes dessas fundamentações, assim como do direito como um todo.

6. METODOLOGIA²

A questão da metodologia se faz especialmente interessante na presente pesquisa porque se tem como proposta justamente a análise dos processos epistemológicos relacionados à metodologia científica quando aplicada ao direito.

Apesar de problematizar a questão do método, em nenhum momento a pesquisa deseja fazer defesa do abandono completo da racionalidade moderna expressada através dos procedimentos cuidadosamente desenvolvidos ao longo de séculos, em favor da completa anarquia procedimental e relativismo. A ideia é justamente o contrário: contribuir no sentido de evolução do pensamento científico aplicado ao direito, por amor àquilo que a ciência tem de melhor, que é a capacidade de se reinventar, adaptar-se aos problemas que surgem diante de críticas e apontamentos, revolucionando a si mesma num processo de reflexão eterna. Como disse Weber (1998. p. 29): “(...) na esfera da ciência, não só o nosso destino, mas também nosso objetivo, é o de nos vermos, um dia, ultrapassados.”

A pesquisa proposta tem como uma de suas características, a vasta inclusão de conteúdos típicos da Filosofia como forma de pensar o Direito. A ciência é fruto da Filosofia, e esta quando se propõe a pensar aquela em seus métodos, seus valores e pressupostos, recebe o nome de epistemologia (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2009). Essa transdisciplinaridade, quando aplicada ao direito, é adequada a uma vertente teórico-metodológica chamada de jurídico-teórica. Como lecionam Gustin e Dias (2002, p. 42):

A vertente **jurídico-teórica** acentua os aspectos conceituais, ideológicos e doutrinários de determinado campo que se deseja investigar. Essa vertente relaciona-se, mais diretamente, com a esfera da Filosofia do Direito e com suas áreas teórico-gerais dos demais campos jurídicos. Essa vertente deverá seguir os mesmos passos das demais, à exceção dos procedimentos metodológicos de campo. Isso não significa, porém, que as investigações inseridas nessa vertente não tenham natureza aplicada como as demais, visto que toda investigação teórica, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, deve visar uma aplicação prática.

² Além de obras mais instrumentais direcionadas a orientação do pesquisador quando da organização de sua pesquisa, como Gustin e Dias (2002) e Mezzaroba e Monteiro (2009), a metodologia, por coerência, teve que expressar correlação com seu referencial teórico, e trabalhou com autores dispostos a sugerir arquétipos metodológicos que estejam preocupados com as críticas sofridas pelo racionalismo clássico, como o caso de Popper (1974).

Essa última parte da citação clareia um ponto importante da pesquisa proposta: seu objetivo de mostrar que as grandes questões da Filosofia do Direito possuem consequências práticas muito grandes na realidade prática das instituições do sistema de justiça.

6.1 Método de abordagem

Importante ressaltar que a pesquisa proposta possui caráter teórico. Segundo Gustin e Dias (2002, p. 22), as pesquisas teóricas tem como característica a construção de esquemas conceituais específicos e utilizam-se dos vários processos discursivos e argumentativos para o convencimento sobre a validade dos esquemas propostos.

Partiremos de uma hipótese exploratória sobre a natureza dos problemas enfrentados pelo Direito e sua relação com a verdade, relações de poder e a ciência, e a partir dessa proposição, os argumentos serão testados frente a diversas situações pertencentes ao universo dos fenômenos estudados, buscando uma conclusão provisória apoiada no enfrentamento de possíveis argumentos contrários, pontos específicos de divergência, falseamento e aplicação frente a realidade analisada. Diante disso, o método hipotético-dedutivo, proposto por Karl Popper (1974) em sua obra *A Lógica da Pesquisa Científica*. Numa tentativa de resumo da complexa teoria do autor, Gustin e Dias (2002, p. 44) esclarecem:

Para esse teórico, o raciocínio (o autor refere-se a método) seria o hipotético-dedutivo, apresentado por meio das seguintes características: a) existem expectativas ou conhecimento prévio; b) surgem conflitos com as expectativas ou teorias já existentes; c) propõem-se soluções a partir de conjecturas (dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste); d) teste de “falseamento” (tentativa de refutação pela observação e experimentação ou por outros procedimentos).

A opção pelo método proposto por Popper (1974) vai além da simples adequação metodológica ao objetivo da pesquisa. Considerou-se que o autor é um dos filósofos da ciência que enfrenta os problemas do racionalismo moderno em suas obras. Em *A sociedade aberta e seus inimigos* (POPPER, 1974), o autor alerta para a contaminação do pensamento ocidental pelo essencialismo de Platão e Aristóteles, constatação que se coaduna com a hipótese proposta pela pesquisa, algo que ele chega a chamar de pseudo-racionalismo, em detrimento de um racionalismo “verdadeiro” aos

moldes da filosofia de Sócrates, que é consciente de suas próprias limitações (POPPER, 1974. p. 235), e defendendo que um racionalismo não-crítico é logicamente insustentável.

A ideia de uma ciência que se baseia em proposições que são sempre provisórias, alheia a pretensões de verdades absolutas, e que tem seu resultado a partir do embate entre diferentes hipóteses a serem verificadas como mais adequadas diante de um determinado objeto de estudo que não pode ser apreendido em sua totalidade, está em consonância com a metodologia que se pretende utilizar e com as reflexões teóricas a serem desenvolvidas sobre metodologia dentro da proposta de pesquisa.

Portanto, o método de abordagem hipotético-dedutivo, além de ser o mais adequado ao objetivo da pesquisa, também será explorado, em algum nível, nas constantes discussões ao longo da dissertação sobre o racionalismo moderno nas lições de seu criador, e está em relação direta com o referencial teórico da pesquisa, que por conter reflexões epistemológicas sobre a ciência, não pode apresentar uma metodologia que possua bases conflitantes com sua hipótese.

6.2 Método de procedimento

A pesquisa proposta deverá conter conceitos que não são apenas do Direito, mas de discussões típicas da ciência política, da Filosofia, da epistemologia e de diversas outras áreas do conhecimento de onde conceitos basilares para a hipótese serão retirados. Portanto, um procedimento monográfico, quando encarado como monológico, pode não descrever com fidelidade o trabalho que se pretende desenvolver.

O enfoque do trabalho não apresentará características monológicas, mas de transdisciplinaridade:

Atualmente, a transdisciplinaridade ou a produção de uma teoria única a partir de campos de conhecimento antes compreendidos como autônomos é a tendência metodológica que emerge com maior força. (...) Da antiga razão centrada no sujeito e na metodologia monográfica surge a razão metodológica comunicacional. Inserem-se, aqui, as “novas” vertentes metodológicas da Ciência do Direito e da Sociologia Jurídica. O objeto do Direito passa a ser uma variável dependente, e a relação jurídica, um fenômeno social. (GUSTIN; DIAS, 2002. p. 26)

Portanto, considerando que a hipótese levará em consideração ideias que partem de campos do conhecimento considerados autônomos, ou pelo menos, em certa medida, diferente da maneira como usualmente são correlacionados em abordagens mais

clássicas, considera-se a transdisciplinaridade como algo inerente a pesquisa aqui estruturada.

Apesar dessas considerações que intencionam deixar claro o aspecto transdisciplinar da pesquisa ora proposta, ainda classificaremos o método de procedimento a ser utilizado como monográfico, em parte por discordar da vertente que pretende confundi-lo com um procedimento monológico, em parte porque entendemos que apesar do fato de os resultados e reflexões da pesquisa proposta podem vir a ser utilizados de maneira ampla para variados debates do Direito, da Filosofia e Ciência Política, a pesquisa está visivelmente atrelada a um objeto bem delimitado, a partir do qual se pretende traçar reflexões mais gerais. Tal procedimento descreve com exatidão o método monográfico na visão de autores como Henriques e Medeiros (2017. p. 51): “(...) Parte-se do princípio de que um caso investigado em profundidade, se representativo de muitos outros, pode ter suas conclusões estendidas para casos semelhantes”.

Quanto ao tipo genérico de investigação, a pesquisa se encaixa no que Gustin e Dias (2002. p. 30) chamam de jurídico-compreensivo, um termo que abrange melhor as características do que, segundo os autores, geralmente se chama jurídico-descritivo.

Nesse tipo genérico de investigação, o problema será decomposto em seus mais diversos níveis, numa tentativa organizacional de sua compreensão. Partiremos de uma análise de aspectos práticos (utilização de conceito de Ordem Pública), fazendo a decomposição do problema que será enfrentado em níveis cada mais voltados para a área da Filosofia e da Ciência Política, numa tentativa de descrever essas relações, assim como também de compreendê-las a partir da reorganização do problema constatado por uma hipótese que não tem caráter prescritivo, mas que possui seu valor na possibilidade de enxergar todas as dificuldades do Direito abrangidas diretamente ou por correlação com seu objeto sob uma ótica diferente.

6.3 Técnicas de pesquisa

A análise de conteúdo deverá ser utilizada como técnica da pesquisa por conta da natureza teórica de seu objeto (apesar de suas aplicações práticas). Dentro dessa seara, será utilizada vasta consulta bibliográfica.

A consulta documental também estará presente, através da utilização de maneira ilustrativa de dados disponíveis a respeito de prisões preventivas, e análise do discurso presente em jurisprudências que ajudem a demonstrar a utilização do conceito de ordem pública à maneira como as referências teóricas do estudo doutrinário do trabalho sugerem.

Diante de um objeto tão teórico, uma análise quantitativa de estatísticas e dados jurisprudenciais, por exemplo, pode se mostrar ineficiente para o desenvolvimento dos raciocínios a serem traçados, o que leva a pesquisa a adotar uma análise qualitativa de todo o material levantado. Nas palavras de Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 110):

A pesquisa qualitativa também pode possuir um conteúdo altamente descritivo e pode até lançar mão de dados quantitativos incorporados em suas análises, mas o que vai preponderar sempre é o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (re)interpretado de acordo com as hipóteses estrategicamente estabelecidas pelo pesquisador.

A necessidade positivista de objetividade, partindo sempre de uma base que remonta a um raciocínio matemático de análise, como meio capaz de compreender a realidade em qualquer de seus aspectos, é um dos pontos a serem criticados no desenvolvimento da hipótese, portanto, seria incongruente a adoção de análises de caráter quantitativo na presente pesquisa.

7. ESTRUTURA BÁSICA DA DISSERTAÇÃO

1. Introdução
2. A Questão da Verdade para a Filosofia
 - 2.1 A história da Verdade e sua relação com a construção do racionalismo moderno
 - 2.2 A verdade e suas relações com as estruturas de poder
 - 2.3 Os instrumentos de produção de verdade
 - 2.3.1 O Direito como instrumento de produção de Verdade
3. A verdade científica
 - 3.1 Ciência e método
 - 3.2 A crítica pós-moderna às bases do racionalismo ocidental

3.3 Modernidade como um processo em construção: necessidade de reconstrução dos ideais de racionalidade moderna e a contribuição do pragmatismo de Habermas e Rorty

4. O conceito de Ordem Pública e seu caráter político-pragmático

4.1 Conceitos políticos e morais abarcados pelo conceito de Ordem Pública

4.2 Conceito de Ordem Pública como mecanismo de controle social

4.3 A tentativa doutrinária de organização do conceito

4.4 A insuficiência da limitação dos procedimentos de decisão pela via científica diante da necessidade de adaptação do conceito de ordem pública

5. Conclusão

6. Referências

8. CRONOGRAMA

Atividades	2020									
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Pesquisa bibliográfica preliminar	x	x	x	x	x					
Leituras e elaboração de resumo	X	X	X	X	X					
Elaboração do projeto							X	X	X	X

Atividades	2021									
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Elaboração do projeto	X	X								
Revisão bibliográfica complementar	X	X	X	X	X					
Coleta de dados complementares					X	X	X	X		
Redação da Dissertação			X	X	X	X	X	X	X	X
	2022									

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Redação da Dissertação	x	x	x							
Defesa da Dissertação				X						

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- CHOMSKY, Noan.; FOUCAULT, Michel. **Natureza humana:** justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- DESCARTES, René. **Discurso do método.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010
- DWORKIN, Ronald. **O Império do direito,** São Paulo: Martins Fontes, 2007
- DWORKIN, Ronald. **Uma Questão de Princípio.** Trad. Luis Carlos Borges. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Trad. Cezar Augusto Mortari. 2ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios do direito político moderno.** Trad. Irene A. Paternot. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. DIAS, Maria Tereza Fonseca. **RE-pensando a pesquisa jurídica.** Belo Horizonte: Ed. DelRey, 2002.
- HABERMAS, Jurgen. **A ética da discussão e a questão da verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2007
- HABERMAS, Jurgen. **O discurso Filosófico da Modernidade.** Trad.: Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. – São Paulo: Martins Fontes, 2000

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017;

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. 2ª Edição. Trad.: Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. 1º Edição Bilingue. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos costumes**. Trad.: Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Barcarolla, 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES JR, Aury. **Prisões Cautelares**. 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES JR, **Direito processual penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NINO, Carlos Santiago. **Introdução à análise do direito**; tradução Elza Maria Gasparotto; revisão da tradução de Denise Matos Marino – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão e Liberdade**: as reformas processuais penais introduzidas pela Lei 12.403 de 4 de maio de 2011. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

POPPER, Karl Raimund, **Sociedade aberta e seus inimigos**, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de Brasília, 1974.

SANGUINÉ, Odone. **Prisão Cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOUZA, José Crisóstomo (org). **Filosofia, Racionalidade, Democracia**: Os debates Rorty e Habermas. São Paulo: Editora UNESP, 2005.